

Ofício nº 248/15-DEJUR

Carambeí, 09 de novembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ  
Setor do Protocolo  
Protocolo sob nº 328  
Em 11/11/15 às 10:50  
Renei e Betina

Excelentíssimo Presidente:

Vimos através do presente, enviar a esta Casa de Leis, o Projeto de Lei que, institui o programa de Recuperação Fiscal de Carambeí - REFISC - 2015, e dá outras providências.

Outrossim, com fulcro no artigo 38 da Lei Orgânica Municipal, solicitamos que o Projeto de Lei em anexo seja apreciado em Regime de urgência.

Na oportunidade, aproveitamos o ensejo para renovar votos de consideração.

CÂMARA MUNICIPAL  
Secretaria

Protocolado sob nº 06412015  
Em 11/11/2015



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO  
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Sr.

JEVERSON GOMES DA SILVA

M.D.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

NESTA

PROJETO DE LEI nº 064 /2015

CÂMARA MUNICIPAL  
Secretaria

Protocolado sob nº 064/2015

Em 11/11/2015

Súmula: Institui o programa de Recuperação Fiscal de Carambeí – REFISC – 2015 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNIICPAL, SANCIONO A SEGUINTE

## LEI

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Carambeí – REFISC – 2015 destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrente de débitos relativos a tributos devidos até a data de 31.12.2014, constituídos ou não, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**Art. 2º** - Os débitos tributários cujo valor ultrapassem a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), poderão ser parcelados em até 48 (quarenta e oito) parcelas, os valores cuja quantia ultrapassem a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) parcelas, e os valores inferiores a R\$10.000, 00 (dez mil reais) poderão ser parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas

§ 1º - O valor das parcelas não poderá ser inferior a 1,0 (uma) VRM – Valor de Referência do Município.

§ 2º - O limite fixado no parágrafo anterior é o valor a ser pago por contribuinte e não por indicação fiscal ou por tributo.

§ 3º - Os contribuintes com débitos tributários já parcelados poderão aderir ao REFISC, deduzindo-se do número máximo fixado no “caput” deste artigo, o número de parcelas vencidas até a data de adesão e dos honorários advocatícios, suspendendo-se a execução até quitação do parcelamento.

§ 4º - A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.



**Art. 3º** - O débito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á

I – aos acréscimos previstos na legislação, até a data do parcelamento;

II – a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor consolidado e sobre o valor da parcela paga em atraso.

**Art. 4º** - A adesão ao REFISC implica na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais.

**Art. 5º** - Na hipótese de pagamento de débitos vencidos, poderá ser concedida redução de multas, segundo o seguinte escalonamento:

I – pagamento em parcela única, redução de 100% (cem por cento).

II – pagamento em até 10 (dez) parcelas, redução de 90% (noventa por cento).

III – pagamento em até 20 (vinte) parcelas, redução de 80% (oitenta por cento).

IV - pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas, redução de 70% (setenta por cento).

V- pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas, redução de 60% (sessenta por cento)

VI - pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas, redução de 50% (cinquenta por cento)

**Art. 6º** - O parcelamento será revogado:

I – pela inadimplência, por 03 (três) meses, consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas;

II – pela inadimplência do pagamento de imposto relativo a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo.

**Parágrafo Único** – A revogação do parcelamento implicará na exigência do saldo do débito tributário, com todos os acréscimos legais, através de inscrição em dívida ativa e conseqüente cobrança judicial.



**Art. 7º** - O prazo para adesão ao REFISC encerrar-se-á em 18.12.2015.

**Art. 8º** - O REFISC não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

**Art. 9º** - O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Finanças, após comprovado o pagamento de encargos judiciais.

**Art. 10º** - Encaminhada a certidão de dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado de execução e pelas autoridades judiciárias.

**Art. 11** - Serão cancelados, mediante despacho do Secretário Municipal de Finanças, com anuência do Prefeito Municipal, os débitos fiscais:

I – prescritos

II – de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens ou deixando bens de valor irrisório;

III – julgados improcedentes em processos regulares.

Parágrafo Único – Os cancelamentos serão determinados de ofício ou a requerimento da pessoa interessada.

**Art. 12** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ - PR  
EM 09 DE NOVEMBRO DE 2015.



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO  
PREFEITO MUNICIPAL

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o Programa de Recuperação Fiscal de Carambeí - REFISC/2015 visando promover a regularização de créditos do Município, por reflexo de dívidas relativas a tributos devidos até a data de 31 de dezembro de 2014, inseridos ou não em dívida ativa.

Igualmente, a presente proposição tem como finalidade evitar a cobrança judicial em face do contribuinte que possui tributos em atraso, oportunizando ao mesmo, os benefícios de participar do programa de recuperação fiscal.



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO  
PREFEITO MUNICIPAL